

CRÓNICAS PORTUGUESAS

O GENERAL CARMONA NOS AÇORES

Na tarde de 23 de Julho, às 19 horas, o «Carvalho Araújo» levantava âncora do pôrto de Lisboa, entre o flutuar de bandeiras e gritos da multidão sôbre o cais. Com destino aos Açores, era conduzido a bordo o Presidente da República Portuguesa, General António Oscar de Fragoso Carmona, acompanhado de sua Esposa e do sobrinho — Oscar Carmona e Silva — seu secretário particular. Na comitiva de honra estavam: os Ministros da Marinha e Interior, o General Amílcar da Mota, Chefe da Casa Militar, Dr. João de Mendonça, do protocolo dos Negócios Estrangeiros, ajudante de campo Silva Monteiro, o oficial às ordens major Silva Costa. Entre as baixas colinas que acompanham até ao Oceano as lisas águas do Tejo, o pequeno navio parecia muito grande e alto. Lentamente, saiu do estuário e entrou no Atlântico.

Momento solene. Poucas horas antes, no divulgadíssimo Diário de Notícias, em uma espécie de saudação ao País, o General havia exprimido assim os sentimentos em que estava ao empreender aquela sua viagem de visita aos longínquos territórios metropolitanos: «Parto de Portugal para Portugal e sei que vou encontrar nos nossos territórios do Atlântico o mesmo vigoroso sentimento de amor da Pátria decidido e firme, que no continente e em tôdas as terras do Império tem dominado, como forte clarão de fé, os passos magníficos da nossa História contemporânea».

Se fôsem tempos, êstes, de poesia de palavras, facilmente reevocaríamos, com a fantasia, as antigas naus levantando ferro do mesmo lugar, para terras misteriosas, contra os altos vagalhões do Oceano. A foz do Tejo, sôbre a qual se mostra, variegada, Lisboa, tem no seu aspecto qualquer coisa ainda de antigo, como uma gravura seiscentista, e as linhas das colinas da outra margem conservam uma simplicidade quasi

bíblica. Depois, está aquela torre de Belém, logo ao lado, guardião do Estuário, com imensas recordações e invocações que é difícil esquecer. Mas também, sem abandonos e fraquezas, pode estar-se certo de que uma sombra ao menos do sentimento dos antigos pais animava, naquele momento, o peito de S. Ex.^a Carmona e dos novos navegantes não obstante dentro das confortáveis cabines do vapor. E, de resto, encarada de frente simplesmente a realidade de hoje, com o tufão sempre no horizonte e todas as outras coisas já sabidas, aquela viagem, sobre águas misteriosamente percorridas e transpostas por máquinas diabólicas, era por si mesma cheia de sentidos, tinha qualquer coisa dos acontecimentos que tocam na História.



Falemos uma outra linguagem. Quais as razões da visita presidencial às Ilhas?

Parece-nos lícito fazê-las remontar ao austero discurso de Salazar, em 28 de Abril, das janelas do Terreiro do Paço; discurso que não só — marcando a apoteose do Chefe — consagrou a sua vitória sobre as inquietações dos governantes, mas foi sem dúvida o ponto de partida duma acção política, que se vai desenvolvendo rectilínea, admiravelmente. «Perante o Mundo todos como um só»! E, de facto, quasi a quatro meses de distância, um editorial do jornal Diário da Manhã de 5 de Agosto assim pôde retomar e comentar as palavras do Chefe, precisamente a propósito da viagem aos Açores:

«Se construímos uma Pátria e um Império de que hoje, justamente, nos orgulhamos é porque jamais se obscureceu ou desgarrou no povo a consciência dos imperativos patrióticos da comunidade nacional. Sempre nos dominou o anseio de superar a estreiteza de espaço e a exiguidade dos recursos da terra com a expansão atlântica em que nos empenhámos com fé heróica, consumindo vidas e fortunas com aquela mesma indefectível convicção, persistência e teimosia que Salazar considerava necessárias hoje, para continuar Portugal. Sempre fomos perante o mundo como um só!

«Esta afirmação constante de unidade viva da Nação, que nos dá a História com altos exemplos das gerações passadas, renovam-na agora os portugueses de todos os continentes, movidos pela forte corrente de amor pátrio. Se os perigos que nos espreitam ou ameaçam são grandes, maior é a vontade de os vencer. Em toda a parte a união e a solidariedade dos por-

tugueses se tornam cada vez mais estreitas, libertas já de dependências de preconceituosos compromissos, com um passado de lutas políticas estéreis ou prejudiciais. E deveras significativo e consolador vermos repetir agora nos Açores, com a mesma fé e entusiasmo, o brado patriótico que há dois anos ouvimos em Moçambique: Aqui é Portugal!»

Para assegurar a solidariedade dos espíritos, um grande Condutor como Salazar recorreu, compreende-se, ao sentimento; mas a sua acção é sempre guiada, como ele próprio declarou em um outro mais antigo discurso, sobretudo pela lógica. «Antes de fazer apêlo ao sentimento, não evito, segundo a minha predilecção, fazer apêlo à inteligência». E sentimento e inteligência, conjuntamente, inspiraram não só a visita do General Carmona, mas outras iniciativas semelhantes do Governo português, nestes últimos tempos, a começar por aquela que, silenciosa, depressa aparentemente esquecida, é no fundo a base de todas as outras: o repetido envio de tropas, bem armadas, para as várias possessões atlânticas. No dia anterior à partida do «Carvalho Araújo» para os Açores, um outro vapor português, o «Serpa Pinto», tinha levantado ferro para o Rio de Janeiro, conduzindo a bordo uma Embaixada Especial, presidida pelo ilustre escritor Júlio Dantas, com o encargo, aparentemente ténue, de agradecer ao Governo brasileiro a sua participação nas comemorações centenárias de 1940. E ao Brasil fora também enviado há algumas semanas, sozinho, o Director do Secretariado da Propaganda Nacional, António Ferro, para lançar os alicerces de um grande Congresso da imprensa em língua portuguesa, isto é, luso-brasileira, em Lisboa; e António Ferro, além de muitos discursos altamente significativos, sobre a identidade de alma, de ideias, de interesses dos dois povos, assim anunciou, numa mensagem aos jornais do Brasil, a próxima chegada de Júlio Dantas e companheiros (alguns dos mais importantes homens do Portugal de hoje):

«A Embaixada Especial que, vinda de Lisboa, chegará ao Rio na próxima terça-feira, vem para escrever uma página definitiva na história das relações entre o Brasil e Portugal. Saudá-la não é só saudar as figuras representativas que a acompanham, mas abraçar Portugal inteiro, que as viu partir e embarcar para o Brasil com a mais sincera expressão do seu coração». Não basta ainda. Uma outra expedição, destinada a estreitar «como um só» todos os portugueses, de à quem e de além mar, velhos e jovens, foi ordenada e posta em prática quando ainda o General Carmona estava realizando o seu périplo das

Ilhas: um cruzeiro nos mesmos mares pelo navio escola «Sagres», levando a bordo 37 rapazes da «Mocidade Portuguesa», que antes de deixarem o Tejo — no dia 2 de Agosto — foram solenemente abençoados, eles e a sua bandeira, no histórico templo dos Jerónimos, pelo Bispo de Helenópolis. Este disse-lhes:

«Nesta hora dramática do Mundo, Portugal sabe impôr-se, graças à visão clara e profunda dos homens que estão à frente da Pátria. Na imensidade do mar, aprendei, ó rapazes, a conservar sempre no coração a fé e o amor pela Pátria. E regressai ainda mais portugueses e amando mais ternamente este torrão!»

Anéis duma cadeia de aço, entrelaçados de rosas...



O motivo dominante da triunfal, verdadeiramente feliz visita do Presidente da República, foi a indissolúvel continuidade do território português e o sentimento da unidade nacional.

O «Carvalho Araújo» chega à primeira ilha — S. Miguel — na tarde de 26 de Julho, onde o esperavam, fundeados, quatro navios de guerra portugueses; e a sua bela capital, Ponta Delgada, reveste-se de flores, de estandartes, de emblemas. Centenas e centenas de pessoas, vindas de todos os pontos do Arquipélago (bandas de música à frente, costumes tradicionais), saudam entusiasticamente o General, oferecem flores à sua Espôsa, acompanham em massa a comitiva ao Palácio do Governo. É o mesmo acolhimento que se repete a cada novo desembarque, com uma intensidade espontânea, comovente. E cerimónias religiosas — «Te Deum», missas, procissões — em Ponta Delgada, em Angra do Heroísmo, na Horta (as três capitais de Distrito) tornam mais solene a passagem do Presidente, dão às manifestações populares um carácter especial, profundo. As mulheres humildes, as crianças, contemplam aquele velho senhor, magro, de sorriso benigno, como a um enviado da Providência. Ele mesmo, no seu primeiro discurso, em Ponta Delgada, começou agradecendo à Providência por lhe ter concedido «as forças necessárias» para lá chegar.

Mas depois, tomado do sentimento quasi mítico de encontrar-se entre aqueles «nove pedaços de terra portuguesa dispersos na vastidão do oceano, mas tão unidos e integrados na alma nacional, pelos laços do sangue e da História», eleva a voz.

«Sinto o legítimo orgulho de proclamar, nesta hora e neste ponto da terra, onde se cruzam algumas das grandes rotas do mundo a gloriosa e inabalável certeza atestada por cinco séculos de história: Aqui é Portugal! — Sim, Portugal, com a sua gente, a sua língua, as suas crenças, as suas tradições, com todos os laços que podem afirmar e fortalecer a unidade de uma nação».

Conduziu-se lá para dizer êle próprio estas coisas, a todo o Mundo; para «comemorar e fortalecer a vasta e inquebrantável unidade, que constitue a base do Império». E para dizer também claramente, como soldado, que os Portugueses estão prontos a defender com as armas a sua integridade de domínio: «Se o nosso valor e a nossa glória reclamarem novos feitos e novos sacrifícios, jãmais eles farão trepidar os Portugueses do Continente e dos Açores». Não sem razão, o fecho do discurso é «uma saúdade entusiástica e plena de confiança nas forças do Exército e da Armada que aqui pusemos como sentinelas vigilantes do nosso direito e da nossa honra nacional: neste bendito Arquipélago, um dos mais queridos florões de Portugal e do seu Império».

Dois dias depois, o Diário da Manhã comenta: «o facto reveste uma extraordinária significação: não obstante o conflito europeu e tôdas as perturbações que êle traz na vida internacional, não se quebra a continuidade moral do Império... Hoje, como ontem, a nossa primeira preocupação é reforçar o bloco unitário dos portugueses do Continente, das Ilhas adjacentes, das possessões do Ultramar e das colónias disseminadas por terras estrangeiras... E não cessará de ser consoladora a plena confirmação da certeza que inspira a nossa confiança no futuro, certeza esplêndida, que é feita do conhecimento da solidariedade e da indivisibilidade do bloco moral que é, foi e será, a Pátria Portuguesa».

— Portugal! Açores! Portugal! Somos Portugueses! Aqui é Portugal! — está escrito sobre tôdas as ruas, em cartazes multicolores. E a multidão repete incessantemente: Aqui é Portugal!

No dia 28, os ilustres hóspedes vão visitar as Furnas, «sucursal do Paraíso», e por cada localidade onde passam — Rab de Peixe, Ribeira Grande, Lagôa, Ribeirinha — são aclamações de fé. Visitam fábricas, sociedades, plantações, escolas; depois, tornados a Ponta Delgada, o ministro do Interior, Dr. Mário Pais de Sousa, pronuncia um discurso explicativo da Reforma Administrativa e do Estatuto para os distritos autónomos, concedido em Dezembro de 1939. Na manhã de 30, o

«Carvalho de Araújo» larga de S. Miguel, sempre escoltado pela esquadra, e parte para a ilha Terceira. As 18 horas entra no pôrto de Angra do Heroísmo, entre salvas, estrépito de motores alados, hosanna da multidão «que sobrelevava com acentuada energia o próprio grito: Aqui é Portugal!» E o General pronuncia o seu segundo e grande discurso, explicando ainda a «perfeita integração da ilha na unidade nacional e na sua criação histórica», a reforçar o conceito de que, se para defender o império «os mesmos sacrifícios fôsem de novo necessários, todos os portugueses do Continente ou dos Açores os fariam com a mesma abnegação e a mesma intrepidez dos seus maiores». Desta vez acrescenta também palavras que introduzem um conceito novo, e quasi fazem pensar num programa de acção de Portugal. Disse assim: «Dar o sangue em defesa da Pátria tem beleza e heroísmo, mas não é menos belo nem menos heróico oferecê-lo em patriótica e obscura dedicação, em serviços e trabalhos e cansaças, de espírito e de corpo, que revertem a bem comum, porque visam à reconstrução material e moral do mundo, e por isso lhe aproveitam hoje no acêso das lutas, como amanhã ao lançar as bases de uma ansiada paz».

No dia primeiro de Agosto, o Ministro Pais de Sousa pronuncia uma outra conferência, sobre a Assistência Social e sobre os princípios corporativos que a orientam. Do acolhimento popular ao Presidente é inútil falar; renovam-se no dia seguinte na ilha da Graciosa, depois na de S. Jorge, das Flores, do Córvo, do Pico, exprimindo-se em toda a parte (disse um cronista) «na alma cândida das populações rurais: tradição inviolável, continuidade absoluta, unidade moral, pureza primitiva e mística».

No dia 5 o vapor chega ao Faial, lança ferro na baía da Horta; e Carmona solenemente repete, em um terceiro discurso, os conceitos do prestígio do Império Lusitano, reafirmando que «nenhum sacrifício será julgado excessivo para defender a honra e a dignidade do patriotismo Açoreano e da sua indiscutível permanência no território da Nação, confiada ao valor dos nossos soldados e ao espírito de dedicação de toda a nossa gente». Também aqui uma referência à futura acção pacífica, de participação na reconstrução do Mundo sobre bases mais justas. Existem — disse êle — princípios absolutos e eternos em que repousa profundamente toda a vida dos agregados humanos; e a nação portuguesa possui algumas dessas linhas naturais e mantém no escrínio da sua história, e nas directrizes renovadoras da sua conduta política, inteira fidelidade a êsses princí-

pios absolutos e eternos. «Nuns e noutros confia o seu direito de intervir, como há 500 anos, na descoberta e formação do Novo Mundo». Conclui, depois: «ao afirmarmos respeito pelo que é nosso, defendemos ainda o bem da Humanidade».

Durante a paragem na Horta, que entre contínuas festas durou até à noite de oito, o Ministro do Interior pronunciou uma ardentíssima, vigorosa apologia de Salazar, exaltando a obra, empreendida desde o princípio à «Constituição orgânica da União Nacional», e encontrando, êle também, maneira de pôr em evidência o valor das Ilhas, sentinelas vigilantes da Pátria: «as ilhas do Arquipélago, pela sua situação, quasi a mostrar ao mundo que não queremos isolar-nos dêle, demarcam e delimitam bem as nossas fronteiras».

Última a ser visitada foi Santa Maria, a mais antiga, a primeira ilha descoberta pelos antepassados: ali se iniciou a viagem de regresso, e finalmente em 11 de Agosto, às 19 horas, depois de 19 dias de ausência, o «Carvalho de Araújo» regressava à foz do Tejo. Esperava-o, com Salazar e todas as autoridades da Capital, uma enorme massa de povo, que enchia a praça Afonso de Albuquerque, a Praça do Império. Foi um regresso triunfal.



Seria preciso coligar os resultados ideais e materiais da viagem com a acção da Embaixada ao Brasil. Basta reflectir no que disse Júlio Dantas na visita de «despedida» — que Portugal se considera moralmente integrado no sistema das nações atlânticas da América —, e nisto que respondeu o Chanceler Aranha: «O Atlântico Sul é um lago lusitano». Falou-se mais repetidas vezes, de várias partes, do bloco atlântico, e talvez não seja única a frase do Deputado João do Amaral: «Se fôsse lícito supôr que um dia Portugal cedesse na defesa do seu Império, só a uma nação se reconheceria o direito de defender as fronteiras nacionais naquela parte do mundo. Esta nação é o Brasil». Um jornal do Rio, o Diário da Noite, de 18, preconiza abertamente entre os dois povos irmãos: «unidade económica e política, no robustecimento do Império luso-brasileiro».

De qualquer forma que seja, teve razão o órgão de Salazar (artigo de fundo de 10) de exaltar «com orgulho» o pleno êxito moral e político da visita às ilhas. «À volta dos Açores têm-se levantado, ultimamente, discussões que nem sempre primam pela correcção moral e respeito devido aos nossos direitos de soberania. A elas nos referimos mais de uma vez com a

natural indignação e protesto veemente do nosso brio patriótico ofendido, afirmando sempre que, neste ponto, todos os portugueses pensavam e sentiam da mesma maneira, a começar pela população dos Açores e a acabar na da mais remota província do Império. Para todos nós, a integridade e a independência da Nação são um dogma intangível da nossa doutrina nacionalista e do nosso patriotismo. Por esse dogma nos batemos, unidos como um só, dispostos a enfrentar os maiores perigos e a suportar os maiores sacrifícios».

Idêntica, em substância, foi a atitude de toda a imprensa. Perante certos problemas e os seus próprios direitos históricos, todos os portugueses pensam igualmente.

Carmona e Salazar não podiam obter nem oferecer ao Mundo melhores demonstrações da unidade nacional. Uma onda de patriotismo, e ao mesmo tempo de contentamento por ver assim bem defendidos aqueles direitos e guiado com tanta sabedoria o barco do Estado entre os perigosos escolhos, vai percorrendo este País, em pleno ressurgimento, de cujas virtudes renovadas — no forte sentimento nunca perdido da própria latidade — muito se tem a esperar. Defendendo e reforçando interiormente o momento nacional, Portugal sabe que se coloca em situação de realizar ainda altas coisas no estrangeiro. «A Unidade portuguesa, factor da reconstrução na Europa», intitula o jornal do Governo o editorial do dia 16. E conclui: «Unidade portuguesa: eis a base do momento presente. Tanto mais que se espera uma parte fundamental na manutenção da zona de paz da península, onde se conservam ainda, intactos, os valores supremos da civilização ocidental; com os quais, e graças aos quais, uma Europa digna do seu melhor passado venha a ser reconstruída para um futuro melhor!»

Parece-nos ouvir o eco das palavras pronunciadas em Angra e na Horta pelo Chefe do Estado, dirigindo-se ao «bom povo» dos Açores (a «Vós, homens bons das Ilhas») com uma voz, uma tonalidade, um espírito, que fazem verdadeiramente pensar nos antigos tempos gloriosos do Infante D. Henrique e de Vasco da Gama.

GINO SAVIOTTI

RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS

A missão especial que levou, em Julho passado, à grande nação sul-americana o testemunho do reconhecimento do Governo Português pela sua participação nas comemorações dos

Centenários da Fundação e de Restauração de Portugal, era composta pelo Dr. Júlio Dantas, Presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Dr. Augusto de Castro, Dr. Reinaldo dos Santos, Presidente da Academia de Belas Artes, Dr. Marcelo Caetano, Comissário Nacional da «Mocidade Portuguesa», Deputado Dr. João do Amaral, Dr. Vasco Lopes Alves, Procurador à Câmara Corporativa, Major Carlos Afonso dos Santos e M. Manuel Rocheta que desempenhou as funções de Secretário.

Foi grande a importância da Embaixada e vasta a repercussão da sua obra em toda a Imprensa brasileira e portuguesa, e também na de outras nações, delineando-se, por intermédio dela, a possibilidade de um maior estreitamento das relações entre Portugal e Brasil. O pacto cultural, do qual damos notícia noutra parte da revista, está também ligado à Embaixada Extraordinária do ilustre Dr. Júlio Dantas, de que muito nos agrada reproduzir aqui uma parte do seu notável discurso pronunciado na sessão solene realizada na Academia Brasileira de Letras.

«Tão eloquente exemplo de solidariedade e de afecto entre as duas academias constitue a demonstração viva de quanto vale a política do espírito, quando bem orientada (labor comum das universidades, das academias, dos institutos científicos, cooperação dos sábios, dos investigadores, dos artistas, das próprias juventudes universitárias), na obra de entendimento e de aproximação internacional, não digo já entre povos remotos, diferentes na origem, na mentalidade e na língua, mas entre aqueles que se nutrem da mesma cultura, que herdaram o esplendor do mesmo génio mediterrâneo e cristão, e que — é o nosso caso, senhor Presidente — pertencem à mesma família étnica e histórica. As nações, como os indivíduos, não podem viver isoladas, mórmente na hora grave que a Humanidade atravessa. Viver é, essencialmente, conviver. Existir é, por definição, permutar. Se algum apêlo posso neste momento e dêste lugar dirigir ao Brasil, ao seu governo, aos organismos, corporações e institutos representativos da inteligência brasileira, que para tão altos destinos conduzem a grande nação americana, ele consiste na exortação, ao mais íntimo convívio e à mais fecunda colaboração dos dois países de língua portuguesa, não só no campo das ciências, das letras e das técnicas; não apenas na esfera superior dos interesses morais, que a noção de cultura congloba; mas no domínio das realidades políticas, a que a situação actual atribue aspectos imediatos e palpitantes. Aquilo

que ao Brasil hoje interessa defender, não se encontra apenas na América; o nosso «mundo» transcende, para cada um de nós, os limites da própria pátria; e se é certo que neste grande povo, cuja unidade constitui o milagre do esforço português e brasileiro, se criou uma forte consciência americana; se é certo que as duas nações são, e devem ser, orgulhosas da sua personalidade diferenciada e das suas características nacionais, não é menos verdade que existe para ambas o imperativo de uma «política atlântica», definida por determinantes geográficas que convertem o Atlântico Sul num «imenso lago lusitano» e servida pelo mesmo instrumento de compreensão e de expansão: a língua portuguesa. O Rio e Lisboa — não o esqueçamos — são as testas da gigantesca ponte de prata que une a latinidade americana à velha latinidade europeia; e o vasto sistema em que se incorporam, ao Norte Portugal e os arquipélagos adjacentes, a Oeste o Brasil, a Leste o nosso Império africano, reveste-se de aspectos unitários que se traduzem por interesses comuns e — devo acentuá-lo — por uma alma comum intercontinental. A alma: eis o que, neste momento de dór universal, nesta «idade de Lucifer», demolidora, desagregadora e destrutiva, tôdas as nações, tôdas as raças, todos os povos, grandes ou pequenos, fracos ou poderosos, precisam, antes de tudo, de salvar. A alma: depósito sagrado das gerações; voz dos berços e dos túmulos; complexo de valores que os mortos criaram e os vivos perpetuam; mundo ancestral de anseios, de tradições, de aspirações e de crenças; armadura moral dos povos que proclamam o seu direito à vida; fonte de cultura e de fé, cidade de Deus, energia germinadora, labareda viva que nós sentimos arder no próprio peito — que um dia nos uniu, brasileiros e portugueses, e que, sejam quais forem as vicissitudes da história, sempre nos unirá.»